

## **ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS DE HISTÓRIA – 8º ANO**

(Atividades do dia 21/09 ao dia 09/10)

**Orientações:** Leia o texto sobre a independência do Brasil responda as questões, após realizar a atividade enviar fotos ou entregar na escola.

Quando a família real veio viver no Brasil, em 1808, o filho mais velho de D. João VI, Pedro, era apenas uma criança. Primeiro na linha sucessória, tudo indicava que o futuro lhe reservava o trono de Portugal. Pouco mais de dez anos depois, contudo, uma sucessão de fatos daria rumos inesperados à vida do príncipe herdeiro: ele seria levado a proclamar a independência do Brasil, tornaria-se imperador e teria de enfrentar crises gravíssimas entre os brasileiros e a Coroa portuguesa.

### **A VINDA DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL**

No início do século XIX, a Europa vivia uma grave crise política e militar. De um lado, o grande exército francês de Napoleão Bonaparte dominava o continente. De outro, a Inglaterra, com sua enorme armada, era a senhora dos mares. No meio desses dois gigantes, estava Portugal, economicamente pobre, apesar de suas inúmeras colônias. Quando o imperador francês decretou o Bloqueio Continental, o governo luso viu-se em um dilema. Por um lado, submeter-se ao bloqueio e romper com o governo da Inglaterra significava expor as colônias portuguesas ao poderio naval inglês. Por outro, desacatar a ordem de Napoleão resultaria na invasão de Portugal pelas tropas francesas. A intenção de transferir a Corte portuguesa para o Brasil não era nova; ela já tinha sido cogitada em várias ocasiões desde o século XVII. Diante das pressões daquele momento, a mudança foi vista como a melhor opção por D. João e alguns de seus ministros, porque isso evitaria o conflito militar direto com a França, garantiria a segurança da família real e impediria a invasão do Brasil pela Inglaterra.

Em outubro de 1807, os governos de Inglaterra e Portugal negociaram a transferência da família real para o Brasil, que seria escoltada pela esquadra inglesa em troca de vantagens comerciais. No dia 29 de novembro, a família real, acompanhada de aproximadamente 10 mil pessoas, partiu do porto de Belém, em Lisboa, com destino ao Brasil. Nos navios, seguiram também grande quantidade de joias, louças, mapas, livros, arquivos oficiais e moedas.

### **EM TERRAS BRASILEIRAS**

No dia 24 de janeiro de 1808, a nau que conduzia o príncipe regente D. João e a rainha D. Maria I, bem como parte da comitiva real, atracou no porto da cidade de Salvador. Pela primeira vez, uma família real europeia pisava em solo americano. Dias depois, D. João assinou o decreto que abria os portos brasileiros ao comércio com as nações amigas.

Ao abrir os portos brasileiros, o príncipe cumpria o acordo feito com o governo da Inglaterra. Os ingleses haviam se comprometido a escoltar a Corte para o Brasil em troca do fim das restrições comerciais a seus produtos. Para completar essa aliança, em 1810, D. João assinou o Tratado de Comércio e Navegação, que concedia tarifas privilegiadas às exportações inglesas.

A abertura dos portos decorreu também do fato de o território português encontrar-se ocupado pelas tropas francesas. Dessa forma, os portugueses não teriam como abastecer o Brasil com produtos europeus, nem como exportar os produtos coloniais pelos portos portugueses. Assim, a carta régia de 1808 autorizou a entrada no Brasil de produtos transportados em navios portugueses ou de nações amigas de Portugal. O mesmo valia para produtos que deixassem a colônia. Para o Brasil, a abertura dos portos significou o término da exclusividade comercial com a metrópole.

### **DE COLÔNIA A SEDE DA MONARQUIA PORTUGUESA**

Em 8 de março de 1808, a família real chegou ao Rio de Janeiro. Ao som dos sinos e dos tiros de canhão, autoridades da América portuguesa receberam os ilustres visitantes, diante dos olhos curiosos da multidão que acompanhava os festejos.

Aos poucos, a colônia transformou-se em sede da administração portuguesa. Repartições que cuidavam das finanças, do comércio, da agricultura e de outros serviços foram transferidas para a cidade do Rio de Janeiro.

## **INOVAÇÕES NA CIDADE DA CORTE**

A família real trouxe para o Rio de Janeiro o modo de vida europeu. A preocupação em mudar a imagem da sede da Corte levou o governo a tomar uma série de medidas que transformaram a aparência e o cotidiano da cidade.

Córregos foram canalizados, ruas passaram a ter iluminação e aterros e estradas foram construídos. Em 1808, criaram-se a Imprensa Régia, o Real Horto (atual Jardim Botânico) e o Banco do Brasil. Em 1810, foi fundada a Real Biblioteca (atual Biblioteca Nacional) e, em 1816, chegava ao Brasil a Missão Artística Francesa, formada, entre outros artistas, por Nicolas-Antoine Taunay e Jean-Baptiste Debret.

Tornaram-se comuns eventos como bailes, óperas e jantares aristocráticos, bem como o “beija-mão”, cerimônia típica de monarquias europeias absolutistas em que o rei ouvia queixas dos súditos e podia conceder a eles benefícios e favores.

A cidade do Rio de Janeiro passou por um rápido crescimento urbano nesse período, mas, em contraste com o luxo da Corte, as condições de vida da maior parte da população eram precárias. Não existia sistema de esgoto e de coleta do lixo; por isso, o mau cheiro e as doenças faziam parte do cotidiano da cidade. Faltavam alimentos, água potável e moradia. Os mais atingidos eram os escravos e os libertos, que moravam geralmente em cortiços.

## **UMA NOVA DIGNIDADE AO BRASIL**

Com a derrota napoleônica, as potências europeias reunidas no Congresso de Viena (1814-1815) determinaram que as monarquias destituídas por Napoleão retornassem ao poder. Desse modo, D. João deveria regressar a Portugal para assumir o trono. Porém, a família real já estava devidamente instalada no Brasil, e D. João, assim como muitos de seus súditos vindos com a Corte, não tinha a intenção de voltar tão cedo a Portugal. A solução encontrada pelo príncipe foi elevar sua colônia americana, em dezembro de 1815, à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves.

Essa mudança oficializava a nova organização da monarquia portuguesa perante as demais nações europeias e o fim da divisão metrópole-colônia, já superada na prática pela abertura dos portos, em 1808. A medida reforçou ainda a importância do espaço americano no conjunto do Império Português e deu uma nova dignidade política ao Brasil.

A decisão de D. João em permanecer no Brasil também revelava um temor: seu retorno a Portugal poderia levar à desintegração do Império Português.

## **A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817**

O Nordeste, que principalmente entre os séculos XVI e XVII desfrutou de riqueza e prestígio trazidos pela economia açucareira, enfrentava uma situação crítica no início do século XIX. Nesse período, a região passava por uma grave crise econômica, causada principalmente pelo declínio das lavouras de exportação. Além disso, a população estava descontente com o controle que os portugueses exerciam sobre o comércio e os altos cargos administrativos e com a sobrecarga de impostos cobrados pela Coroa.

A combinação desses fatores levou à Revolução Pernambucana de 1817. Padres, artesãos, militares, juizes, proprietários de terra e outros setores sociais tomaram o governo de Recife e proclamaram a república. O movimento instalou um governo provisório, inspirado no Diretório da Revolução Francesa, e propôs a elaboração de uma Constituição que expressasse

os princípios do liberalismo, a liberdade de imprensa, a soberania popular e a tolerância religiosa. Porém, não havia unidade entre os revoltosos: os pobres queriam conquistar a igualdade, enquanto as elites buscavam a autonomia política.

O movimento expandiu-se para Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas. Porém, após pouco mais de dois meses, o governo do Rio de Janeiro, com o apoio da Bahia, retomou o controle do Recife e reprimiu com violência os revoltosos. Apesar da derrota, a Revolução Pernambucana representou um duro golpe à monarquia portuguesa.

## **A VOLTA DE D. JOÃO VI A PORTUGAL**

Com a vinda da família real para o Brasil, as tropas francesas assumiram o controle de Portugal. O domínio francês, porém, teve curta duração. Em setembro de 1808, os franceses foram vencidos por uma coligação luso-britânica e foram expulsos do território. Um conselho chefiado pelo general inglês William Beresford assumiu o governo de Portugal, situação que causava grande descontentamento aos portugueses, principalmente entre os comerciantes. Muitos questionavam a insistência de D. João em permanecer no Brasil e se queixavam dos prejuízos que a abertura dos portos brasileiros, em 1808, havia causado à economia portuguesa.

Esse cenário contribuiu para a eclosão da Revolução Liberal de 1820. O movimento começou na cidade do Porto e depois se espalhou pelas cidades mais importantes do reino. Os rebeldes exigiam a volta do rei a Lisboa e uma Constituição liberal para o país.

No comando da situação, os revolucionários convocaram eleições para formar as Cortes, o Parlamento português.

Lideradas por uma maioria de deputados portugueses, as Cortes aprovaram uma série de medidas que demonstravam a intenção de recolonizar o Brasil, como a restrição de sua liberdade administrativa e comercial e o restabelecimento dos monopólios e privilégios portugueses.

As pressões das Cortes forçaram D. João a voltar a Portugal. Mas, para garantir a permanência da família no governo brasileiro, ele deixou seu filho, D. Pedro, como príncipe regente do Brasil.

## **A PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA**

A maior parte da elite brasileira, formada principalmente por grandes proprietários de terra, apoiava a ideia de que D. Pedro governasse o Brasil. Um monarca português garantiria as liberdades conquistadas a partir de 1808 e evitaria uma mobilização social pela independência. As elites do Brasil temiam uma rebelião escrava, como a do Haiti.

As pressões das Cortes, porém, levaram a elite brasileira a admitir a ideia da independência. Percebendo o objetivo dos brasileiros, as Cortes exigiram o retorno de D. Pedro a Portugal. A decisão do príncipe regente, anunciada no dia 9 de janeiro de 1822, foi permanecer no Brasil. Esse episódio ficou conhecido como "Dia do Fico".

As relações entre as Cortes e o Brasil se deterioravam a cada dia. Em uma viagem a São Paulo, D. Pedro recebeu notícias de que as Cortes haviam reduzido seu poder como príncipe regente. Na carta, o ministro do Conselho de Estado, José Bonifácio de Andrada e Silva, insistia para que D. Pedro rompesse com Portugal. Assim, no dia 7 de setembro de 1822, D. Pedro proclamou a independência do Brasil e, em outubro, foi aclamado imperador.

As elites se aproximaram de D. Pedro para evitar a participação popular na luta pela independência e garantir seus privilégios.

Portanto, o Brasil que nasceu da independência era um país monárquico e escravista.

ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL ALBERTO BORDIN  
PROFESSORAS : TILARA GONÇALVES MACHADO E SINARA MACHADO TOIGO  
ALUNO: \_\_\_\_\_  
8ºANO \_\_\_\_\_

**ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS DE HISTÓRIA – 8º ANO**

RESPONDA:

- 1- Por que a família real veio para o Brasil?
- 2- Quando a família real partiu de Portugal? Quantas pessoas os acompanharam?
- 3- Qual foi o acordo feito entre D. João e o governo da Inglaterra?
- 4- O que foi o Tratado de Comércio e Navegação?
- 5- O que a carta régia de 1808 autorizou?
- 6- Quais foram as mudanças que aconteceram no RJ com a chegada da família real?
- 7- Como ficou a condição de vida da maior parte da população do RJ com a chegada da família real?
- 8- O que D. João fez para não precisar voltar para Portugal?
- 9- Sobre a Revolução Pernambucana, responda:
  - a) O que motivou a revolta?
  - b) Qual era o objetivo?
  - c) Quem eram os revoltosos?
  - d) Quais foram as consequências?
- 10- O que foi a Revolução Liberal?
- 11- Com a volta de D. João para Portugal quem ficou em seu lugar?
- 12- O que foi o “Dia do Fico”?
- 13- Por que a elite brasileira queria que D. Pedro governasse o Brasil?
- 14- Quando D. Pedro proclamou a independência do Brasil?